**68ª REUNIÃO GERAL**

**PLENÁRIA DELIBERATIVA DE PREFEITOS**

**8 de outubro, quinta-feira, das 10h às 16h30\* - Brasília - DF**

**ORDEM DO DIA**

**10h Abertura -** Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte, presidente da FNP

**10h15 Pauta administrativa** (definição de anuidades da FNP para 2016);

**10h30 Informe: Marco Regulatório das ONGs**

i. Emendas para permitir que entidades de representação federativa (FNP e outras) firmem parcerias com o Poder Público;

ii. Novo prazo para início da vigência da Lei 13.019/14.

**10h40 Informe: Operações de crédito externo dos municípios;**

**11h Pauta: Judicialização da saúde;**

*Convidado Especial: João dos Passos Martins Neto, Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina*

**12h Pauta: Projeto do ISS, em tramitação conclusiva no Senado Federal;**

*Convidado Especial: Marcoantonio Marques de Oliveira, Subsecretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo (SP).*

**12h30 Pauta: Reequilíbrio fiscal federativo;**

*Convidados Especiais:*

*Ricardo Berzoini, Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.*

*Marcelo Barbosa Saintive, Secretário do Tesouro Nacional*

**14h30 Apreciação da minuta da *Carta dos Prefeitos aos Três Poderes da União***

**16h30 Encerramento da Plenária Deliberativa e deslocamento para Praça dos Três Poderes**

\*Será servido um brunch no local.

**68ª REUNIÃO GERAL**

**PLENÁRIA DELIBERATIVA DE PREFEITOS**

**8 de outubro, quinta-feira, das 10h às 16h30 - Brasília - DF**

**ORDEM DO DIA**

**10h Abertura -** Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte, presidente da FNP.

**10h15 Pauta administrativa** (definição de anuidades da FNP para 2016);

*Conforme determina o Estatuto da FNP, a última assembléia do ano deve definir a anuidade dos filiados para o ano subseqüente.*

**10h30 Informe: Marco Regulatório das ONGs**

i. Emendas para permitir que entidades de representação federativa (FNP e outras) firmem parcerias com o Poder Público;

*A MP 684/2015 prorroga o início da vigência da Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC) para janeiro de 2016. Em tramitação no Congresso Nacional, a MP recebeu emendas apresentadas pelos deputados Helder Salomão (PT/ES) e Eduardo Cury (PSDB/SP) propondo excetuar as entidades municipalistas do impedimento para firmarem parcerias com o Poder Público.*

ii. Novo prazo para início da vigência da Lei 13.019/14.

*A FNP encaminhou ao Governo Federal um ofício solicitando a prorrogação do início da vigência do Marco Regulatório para 1º de janeiro de 2017. A preocupação dos prefeitos é que a entrada em vigor do MROSC trará eventual impacto orçamentário no ano subseqüente, último ano dos atuais mandatos. A MP 684/2015 está na fase de audiências públicas e sob relatoria do Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG).*

**10h40 Informe: Operações de crédito externo dos municípios;**

*Diversos municípios possuem propostas para contratação de operação de crédito externo em tramitação e sem previsão de efetivação. Em reunião com autoridades do Governo Federal e do Congresso Nacional, prefeitos da Diretoria da FNP sugeriram o estabelecimento de um calendário para análise e liberação de operações de crédito externo, levando em consideração a necessidade do planejamento orçamentário e financeiro dos municípios que governam.*

**11h Pauta: Judicialização da saúde;**

*Convidado Especial: João dos Passos Martins Neto, Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina*

*A crescente judicialização da política tem interferido fortemente na gestão municipal. São decisões diárias determinando a compra de medicamentos, realização de exames, internações, entre outros. Sem prejuízo das garantias constitucionais, é urgente a construção de entendimentos visando racionalizar e disciplinar a atuação do Judiciário na execução do dia-a-dia das políticas públicas.*

**12h Pauta: Projeto do ISS, em tramitação conclusiva no Senado Federal;**

*Convidado Especial: Marcoantonio Marques de Oliveira, Subsecretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo (SP).*

*A Câmara dos Deputados concluiu a votação do PLP 366/2013 em meados de setembro e o projeto retornou ao Senado Federal para deliberação conclusiva. O texto aprovado na Câmara, no entanto, sofreu diversas alterações vistas pela FNP e pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – Abrasf como prejudiciais aos municípios. Como o texto aprovado na Câmara não é o ideal para os municípios, é necessário trabalharmos para o seu aprimoramento. Caso aprovada e sancionada este ano, essa proposta trará reflexos positivos na arrecadação deste tributo já em 2016.*

**12h30 Pauta: Reequilíbrio fiscal federativo;**

*Convidados Especiais:*

*Ricardo Berzoini, Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.*

*Marcelo Barbosa Saintive, Secretário do Tesouro Nacional*

*A redução dos recursos disponíveis ao Poder Público, causada pela queda na arrecadação de impostos, resultado, por sua vez, da diminuição da atividade produtiva, compromete a qualidade dos serviços oferecidos a todos os cidadãos em todas as esferas de governo.*

*O Governo Federal anunciou medidas com o objetivo de recuperar o equilíbrio fiscal do país, entre elas a revisão de arrecadação, a realocação de fontes de receita e a redução do gasto tributário. Nesse sentido, já encaminhou ao Congresso Nacional, entre outras proposições, a PEC 140/2015 que restabelece a CPMF e o PL 2960/2015, dispondo sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária que objetiva a repatriação de recursos mantidos no exterior.*

**14h30 Apreciação da minuta da “Carta dos Prefeitos aos Três Poderes” ou “Carta dos Prefeitos pelo Reequilíbrio Fiscal Federativo”**

**16h30 Encerramento da Plenária Deliberativa e deslocamento para Praça dos Três Poderes**

*\*Será servido um brunch no local.*